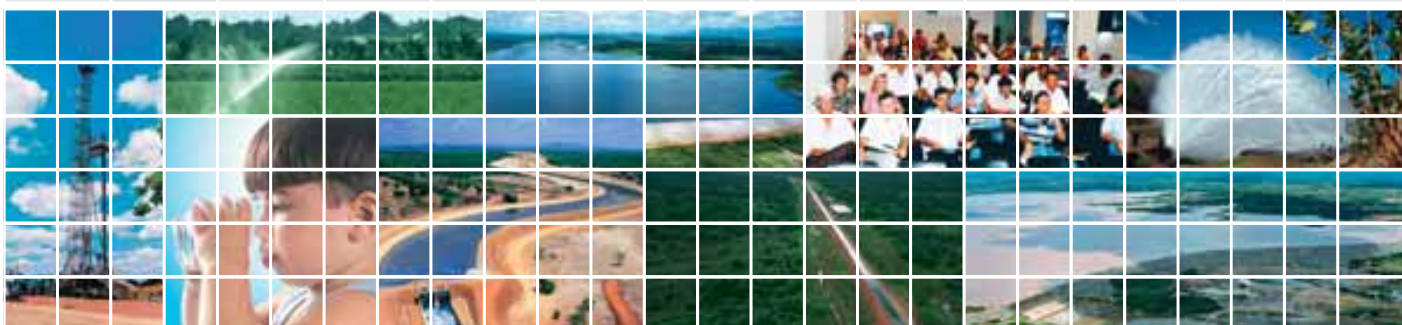


3

AÇÕES DE PLANEJAMENTO





3-AÇÕES DE PLANEJAMENTO

DESAFIOS DA GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NO SEMI-ÁRIDO

O Nordeste do Brasil, e particularmente o Semi-Árido, vem se preparando para enfrentar os grandes desafios da gestão integrada dos recursos hídricos. Para acelerar o processo e vencer etapas é preciso conjugar esforços do lado dos governos federal e estaduais, e com a participação de empresas privadas e da sociedade em geral.

A sustentabilidade hídrica, através do balanço favorável da oferta e demanda de água, é condição indispensável ao processo de implementação gradual do almejado desenvolvimento sustentável.

Somente um sistema integrado de gestão dos recursos hídricos regionais, acoplado harmoniosamente ao Sistema Nacional e aos sistemas estaduais, poderá propiciar o uso racional e otimizado das disponibilidades hídricas, vencendo as vulnerabilidades naturais do Semi-Árido e favorecendo um desenvolvimento econômico estável, socialmente justo e ambientalmente saudável.

Vicente P. P. B. Vieira (Desafios da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Semi-Árido. **RBRH -Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 7-17, Abr/Jun 2003

As Ações de Planejamento são constituídas por um conjunto de atividades que regerão os procedimentos para que se atinjam os objetivos futuros, decorrentes de modificações naturais ou induzidas no regime dos recursos hídricos. Estas podem ser apresentadas, de modo geral, em medidas estruturais e não-estruturais. Estas últimas, são também denominadas, às vezes, de instrumentos de gestão.

As primeiras são obras físicas que alteram o regime hídrico dos cursos d'água no espaço e no tempo, adaptando o regime natural às demandas.

As ações não-estruturais oferecem diversos instrumentos de gestão que podem ser adotados, com os mesmos objetivos das medidas estruturais, isto é, a compatibilização das disponibilidades às demandas, em qualidade e quantidade.

Grande parte dos estudos dos recursos hídricos tem como base o conhecimento dos fenômenos hidrológicos, quase todos de natureza aleatória, para cuja caracterização torna-se necessária a coleta e a mensuração de várias séries de eventos relacionados a esses fenômenos.

A partir de observações realizadas no passado, pode-se, através de ilações, estabelecer o comportamento de alguns fenômenos, determinando-se seu grau de certeza das previsões será tanto mais acurado quanto mais longas e precisas forem as observações do fenômeno em estudo.

Para o planejamento dos recursos hídricos é, pois, indispensável reportarmos ao conhecimento das magnitudes dos eventos hidrológicos do passado, com os quais poderão ser elaboradas simulações, utilizando-se para isso modelos que te-

3-AÇÕES DE PLANEJAMENTO

nam a reproduzir as condições futuras que se constituem a base do planejamento.

A utilização dos recursos hídricos é feita pelas comunidades humanas, residentes em aglomerados densos (cidades e distritos), ou distribuídas em grandes áreas, com densidades variáveis, como acontece no campo.

Na atualidade, o crescimento da população, o aumento das taxas per capita de consumo e a diversidade de outros usos que se fazem da água, trouxe maior preocupação com respeito a importância dos recursos hídricos na vida dos seres vivos do planeta.

Isso tem acontecido na maioria dos países e, em particular, no Brasil, que muito tem avançado neste sentido. O passo inicial foi dotar o país de uma legislação abrangente que pudesse ser aplicada por todas as unidades da Federação. A partir daí os estados também adotariam regulamentações adequadas, aperfeiçoando e compatibilizando suas leis, no caso dessas já existirem, ou criando aparatos legais inovadores, quando estas não se encontrassem ainda disponíveis. Graças a informática e a ciência espacial, novas tecnologias vem sendo desenvolvidas e utilizadas na observação da água em todas as fases do ciclo hidrológico, o que vem de encontro às necessidades de se proceder um constante monitoramento tanto com respeito a qualidade quanto com as quantidades.

Todo este aparato científico, legal e institucional, visa, em última análise, permitir satisfazer as demandas em água, com garantias adequadas a cada tipo de consumo, e de modo mais racional, minimizar os dispêndios financeiros. Com relação ao Estado, torna-se necessária a realiza-

ção de um planejamento de seus recursos hídricos, o qual deverá estimar, com uma precisão adequada, as demandas e os consumos atuais, e aqueles relativos aos diversos horizontes temporais futuros. Isto permitirá a instituição de programas, com o estabelecimento de cronogramas de elaboração de projetos e obras, ou realizações de outra natureza, as quais serão implementadas em face das demandas, no horizonte temporal definido.

As ações de planejamento, tanto das medidas estruturais quanto das não-estruturais, devem, portanto, anteceder de prazos necessários às implementações delas decorrentes.

Nos capítulos seguintes serão descritas, com mais pormenores, as mais importantes dessas ações.

